



URBAN Green Education for ENTeRprising Agricultural INnovation

# Urban Green Train Módulos e Recursos (IO2)

## Módulo 4: Trabalho em rede e governança



Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia e da Agência Nacional Italiana do Programa Erasmus +. Esta publicação reflete apenas os pontos de vista dos autores, e as organizações financiadoras não podem ser responsabilizadas por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.



Esta publicação está licenciada sob a “Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 2.5 Generic License”.  
Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/>



Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia e da Agência Nacional Italiana do Programa Erasmus +. Esta publicação reflete apenas os pontos de vista dos autores, e as organizações financiadoras não podem ser responsabilizadas por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.



## MÓDULO 4 “Trabalho em rede e governança”

### AUTORES

Capítulo 4.1	M. Yvergniaux (VEGEPOLYS, França)
Capítulo 4.2	J. Kuhns (Toronto Urban Growers, Canadá); H. Renting (Fundação RUAf, Holanda)
Capítulo 4.3	W. Lorleberg, B. Pölling (Universidade de Ciências Aplicadas da Westfália do Sul, Alemanha)

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	5
MÓDULO 4 “Trabalho em rede e Governança” .....	6
Objetivos.....	6
Estrutura .....	6
Objetivos da aprendizagem.....	7
PRINCIPAIS CONTEÚDOS E RECURSOS .....	8
4.1 – A questão da governança e o trabalho em rede .....	8
4.2 – Questões legais e de políticas públicas .....	11
4.3 – Trabalho em rede e negócios – o caso COFAMI.....	34

# INTRODUÇÃO

Este Módulo e os recursos pedagógicos relacionados foram desenvolvidos para o projeto URBAN GREEN TRAIN (URBAN Green Education for ENTteRprising Agricultural INnovation), financiado pela União Europeia e a Agência Nacional Italiana para o Programa ERASMUS+. O objetivo do projeto URBAN GREEN TRAIN ERASMUS+ (2014-1-IT02-KA200-003689) é encorajar iniciativas pioneiras com enfoque comercial na agricultura urbana com base na troca de conhecimentos e cooperação mútua entre diversos atores, de modo a atender à demanda global por inovações ambientais.

Um dos principais produtos do projeto Urban Green Train (UGT) é um conjunto de Módulos e Recursos (IO2) especialmente projetados como um conjunto de ferramentas para qualquer pessoa que busque operar direta ou indiretamente no mundo da agricultura urbana.

O conjunto inclui 5 Módulos adequados para o aprendizado presencial ou à distância, com uma duração total de 150 horas. A estrutura e o conteúdo dos Módulos foram definidos com base numa análise precisa das necessidades de formação de atores relevantes na agricultura urbana, produzidos por parceiros do projeto nos seus respectivos países e ilustrados na publicação "[URBAN AGRICULTURE INITIATIVES TOWARD A MINDSET CHANGE](#)". Os módulos do UGT são os seguintes:

**Módulo 1: Introdução ao conceito e aos tipos de agricultura urbana**

**Módulo 2: O uso dos recursos numa perspectiva desafiante**

**Módulo 3: Tipos e sistemas produtivos da agricultura urbana e cadeias alimentares curtas**

**Módulo 4: Trabalho em rede e governança**

**Módulo 5: O mundo dos negócios e as demandas urbanas**

Os Módulos e Recursos do UGT (IO2) foram testados em um curso-piloto internacional oferecido de agosto de 2016 a janeiro de 2017, totalmente *online* e em modalidade combinada para uma ampla gama de participantes de diferentes países europeus e com variada experiência profissional, através da plataforma de ensino à distância da Universidade de Bolonha. Os módulos e recursos da UGT (IO2) foram aprimorados e finalizados, e disponibilizados no presente formato impresso para instituições de ensino superior e outros provedores, públicos e privados, de educação de adultos, com o objetivo de oferecer um curso de formação completo e estruturado, abordando todos os aspectos relevantes para novas formas de fazer negócios na agricultura. O curso URBAN GREEN TRAIN *online* completo está disponível mediante pedido de inscrição a ser feito no seguinte endereço: [info@urbangreentrain.eu](mailto:info@urbangreentrain.eu).

O projeto URBAN GREEN TRAIN é coordenado pela Universidade de Bolonha, Alma Mater Studiorum - Departamento de Ciências Agrárias e desenvolvido em cooperação com os seguintes parceiros:

- [Agreenium](#), Paris, França
- [Vegepolys](#), Angers, França
- [South-Westphalia University of Applied Sciences](#), Department of Agriculture, Soest, Alemanha
- [Hei-tro GmbH](#), Dortmund, Alemanha
- [Horticity srl](#), Bologna, Itália
- [STePS srl](#), Bologna, Itália
- [Mammut Film srl](#), Bolonha, Itália
- [Grow the Planet](#), Itália
- [RUAF Foundation](#), Holanda

Maiores informações em: [www.urbangreentrain.eu](http://www.urbangreentrain.eu)

# MÓDULO 4 “Trabalho em rede e governança”

## Objetivos

Este módulo examina a importância das políticas públicas e das regulamentações, da comunicação com as partes interessadas (privadas e públicas) e das redes sociais para o sucesso das iniciativas de agricultura urbana.

As políticas e as regulamentações podem ser um obstáculo para as iniciativas agrícolas nas cidades, mas por outro lado podem oferecer importantes oportunidades de apoio.

A comunicação e as redes sociais, por sua vez, são recursos para a mobilização efetiva de recursos e a construção de mercados para produtos e serviços específicos.

O módulo cobre diversas abordagens de governança e destaca vários exemplos práticos de governança e trabalho em rede.

## Estrutura

Os conteúdos do Módulo 4 estão organizados do seguinte modo:

- **4.1 A questão da governança e o trabalho em rede**
  - 4.1.1 Introdução à governança e ao trabalho em rede
- **4.2 As questões legais e das políticas públicas**
  - 4.2.1 O que são políticas públicas?
  - 4.2.2 Dimensões políticas da agricultura urbana
  - 4.2.3 Obstáculos que limitam o desenvolvimento da AU
  - 4.2.4 Instrumentos de políticas públicas ligados à AU
  - 4.2.5 Exemplos de políticas e regulamentações
  - 4.2.6 Principais recomendações de políticas e desenvolvimento de ações
  - 4.2.7 Estratégias para promover políticas públicas favoráveis
- **4.3 Trabalho em redes e negócios – o caso COFAMI**
  - 4.3.1 Trabalho em rede e negócios

## Objetivos da aprendizagem

Os principais objetivos da aprendizagem do Módulo 4 são os seguintes:

TÍTULO DO TÓPICO	TEMPO	OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM	RESULTADOS DA APRENDIZAGEM
<b>4.1 Questões de governança e trabalho em rede</b>	2,5	<p>Explicar a importância das questões de governança e do trabalho em rede para a operação bem-sucedida das iniciativas da agricultura urbana.</p> <p>Distinguir os diferentes atores privados, públicos e da sociedade civil e seu papel nas iniciativas de agricultura urbana.</p> <p>Destacar as diferentes dimensões da governança e seus níveis e escalas mais relevantes.</p>	<p>Os participantes serão capazes de:</p> <p>Identificar os aspectos relevantes da governança e do trabalho em rede e os seus níveis e escalas para o sucesso da agricultura urbana.</p> <p>Analisar exemplos concretos de relações de governança e o papel das diferentes partes interessadas</p>
<b>4.2 Questões legais e de políticas públicas</b>	5,5	<p>Analisar as questões legais e políticas relevantes com relação à agricultura urbana e às políticas alimentares.</p> <p>Explicar as diferentes dimensões políticas relevantes e os instrumentos políticos fundamentais para a agricultura urbana.</p> <p>Apresentar recomendações políticas para apoiar a agricultura urbana e exemplificar as melhores práticas.</p> <p>Dar exemplos de como as atividades de <i>lobby</i> podem ajudar a influenciar as políticas públicas e apoiar as mudanças necessárias.</p>	<p>Os participantes serão capazes de:</p> <p>Definir a política alimentar e identificar as principais dimensões políticas relevantes</p> <p>Ter uma visão geral dos diferentes instrumentos de políticas públicas a serem utilizados a nível local para apoiar a agricultura urbana.</p> <p>Dar alguns exemplos de políticas de agricultura urbana e de atividades de para promove-las.</p>
<b>4.3 Trabalho em rede e negócios – o caso COFAMI</b>	3	<p>Conhecer o papel das redes sociais e da ação coletiva no sucesso das iniciativas da agricultura urbana.</p> <p>Dar exemplos de iniciativas de marketing coletivo e arranjos institucionais entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.</p>	<p>Os participantes serão capazes de:</p> <p>Identificar formas de ações coletivas e redes sociais que promovam o sucesso da agricultura urbana.</p> <p>Dar alguns exemplos de melhores práticas de redes.</p>

# PRINCIPAIS CONTEÚDOS E RECURSOS

## 4.1 - A questão da governança e trabalho em rede

### *Introdução*

Os modelos e experiências da agricultura urbana são muito diferentes entre si, conforme seus aspectos negociais, técnicos e sociais. Por trás dessa diversidade estão atores sociais que desenvolvem esses projetos e que são guiados por valores, objetivos e ambições muito variados.

Os fatores de sucesso dessas experiências de agricultura urbana estão baseados em vários pilares, como a capacidade e habilidades das pessoas envolvidas, os modos como as informações são compartilhadas, os diversos papéis que desempenham, e os mecanismos que levam em consideração as expectativas de todos as partes interessadas relevantes.

Tudo isso é importante para o sucesso e impacto da agricultura urbana, pois a sua multifuncionalidade significa que as diversas categorias de envolvidos precisam ser incluídas para as várias funções.

Os mecanismos de governança e as estruturas do trabalho em rede são, portanto, fundamentais para o sucesso dos projetos e precisam ser considerados desde os estágios iniciais do planejamento urbano.

Esse subcapítulo vai desenvolver melhor as questões ligadas à governança e ao trabalho em rede.

## 4.1.1 – Introdução à governança e ao trabalho em rede

Por favor, assista à apresentação abaixo que introduz os conceitos de governança e trabalho em rede e sua importância para a agricultura urbana.

Ela também analisa o papel dos vários níveis de jurisdição do governo envolvidos (municipal, regional, estadual, nacional) e a importância das ligações rural-urbanas.

Por fim, trata do papel da comunicação entre os vários atores e partes interessadas, além de fornecer ferramentas para abordagens multiatorais e análises desses vários interessados.



[4.1.1 Apresentação PPT](#)



*Tarefa 4.1.1 (1). Desenhe a cadeia de valor do projeto que você estudou, conforme este exemplo:*

*Se você tiver uma ideia de projeto, um projeto já iniciado, considere-o como um exemplo.*

*Se você não tiver nenhuma ideia ou projeto em particular, nós propomos que escolha entre esses dois casos:*

- Estudo de caso «[Rotterdam](#)»
- Estudo de caso «[Les jardins de l'avenir](#)»



*Tarefa 4.1.1 (2). Identifique todas as partes interessadas para cada etapa como neste exemplo:*





**Tarefa 4.1.1 (3)**

*Quais são os impactos do projeto no território?*



**Tarefa 4.1.1 (4)**

*Quais são os “jogos de poder” (influências e pressões) que podem operar em torno de seu projeto? (esquemáticamente)*



**Tarefa 4.1.1 (5)**

*Quais são as questões críticas a serem consideradas e monitoradas neste projeto? Quais são os elementos que podem causar o fracasso do seu projeto?*

## 4.2 – Questões legais e de políticas públicas

### Introdução

As questões legais e de políticas públicas serão o foco desse capítulo. Após definir o que são “políticas públicas”, vamos continuar examinando as suas dimensões e os instrumentos importantes para a agricultura urbana. As recomendações para políticas relacionadas com a agricultura urbana serão apresentadas juntamente com algumas ideias sobre como pressionar para alterá-las, quando for o caso.

### 4.2.1 – O que são políticas públicas?

#### Introdução

Antes de introduzir as três dimensões políticas da agricultura urbana no próximo subcapítulo, é importante primeiro compreender o que são “políticas públicas”. Para o nosso propósito, usaremos a seguinte definição para “política alimentar”, da qual as políticas de agricultura urbana constituem um de seus principais tipos.

“Uma política alimentar é qualquer decisão, programa ou projeto assumido por uma agência governamental, empresa ou organização, que afeta como os alimentos são produzidos, processados, distribuídos, comprados, protegidos e descartados. A política alimentar opera nos níveis global, nacional, estadual, regional, local e institucional.

As regulamentações da Organização Mundial do Comércio, políticas de bem-estar social, subsídios agrícolas, e padrões de rotulagem são alguns exemplos de políticas que influenciam o sistema alimentar.” (Vancouver Food Policy Council)

Exemplos de políticas alimentares:

- Políticas agrícolas
- Políticas de segurança alimentar
- Políticas nutricionais
- Políticas de salvaguarda e higiene alimentar
- Políticas de certificação e rotulagem
- Políticas de comércio internacional e de ajuda alimentar
- Políticas de aquisição de alimentos

Embora estejamos acostumados a pensar sobre políticas alimentares nos níveis nacional e internacional, é importante considerar que muitos tipos delas são formulados e implementados nas cidades, pelos governos locais e/ou seus parceiros não governamentais. Além disso, existe a tendência de que as políticas alimentares estejam sendo crescentemente desenvolvidas pelas administrações públicas locais e regionais, como acontece nos exemplos a seguir:

- Políticas de produção alimentar (como e onde os alimentos são produzidos na região)
- Políticas de distribuição alimentar (onde o comércio alimentar está localizado, mercados de produtores, licenças para o comércio ambulante etc.)
- Políticas de processamento alimentar (regulamentação para instalações de operações de processamento de pequena escala)
- Políticas de acesso alimentar (distribuição de alimentos gratuitos ou mais baratos em certas locais da cidade)
- Políticas de descarte dos alimentos (determinam como os resíduos orgânicos são coletados e descartados)

Outro esclarecimento importante é que na maior parte do tempo estaremos examinando as políticas para a agricultura urbana formuladas pelos governos (políticas públicas) e/ou por organizações não governamentais.

Não iremos analisar aqui as políticas formuladas pelos interesses das grandes indústrias do setor. Isso não significa que vamos negligenciar as políticas agrícolas a partir da perspectiva do desenvolvimento econômico. Significa que, quando examinarmos as políticas ligadas à agricultura urbana do ponto de vista econômico, vamos focar nas intervenções de menor escala e/ou nas políticas que refletem as parcerias entre os governos locais e os interesses privados que beneficiam as populações e as comunidades locais.

Como já vimos antes, a agricultura urbana é um conceito dinâmico que envolve o fornecimento de insumos, a produção, o processamento, a distribuição e a comercialização de alimentos e a disposição final dos resíduos orgânicos dentro e fora das cidades. Os programas e as políticas alimentares bem-sucedidos precisam considerar a variedade dos tipos de agricultura urbana e das atividades relacionadas, cada qual com suas oportunidades e limitações específicas diante da realização de diferentes objetivos das suas políticas.

Por fim, iremos examinar o que torna uma política pública de fato efetiva. Uma política tem mais chance de ser bem-sucedida se:

- Tiver suficiente legitimidade (for assim percebida) e apoio público, demandando quase sempre o envolvimento, em seu planejamento e implementação, das pessoas que serão mais afetadas por ela;
- Buscar atender situações que são percebidas amplamente como problemáticas, ou promovam um desenvolvimento considerado desejável pela comunidade;
- Basear-se numa análise adequada dos problemas reais e potenciais (como é feito nas análises situacionais);
- For orientada por uma visão clara do papel e funcionamento desejados da agricultura urbana;
- Se tiver objetivos bem definidos juntamente com medidas e instrumentos selecionados, que sejam efetivos na realização desses objetivos, produzindo assim as mudanças previstas de acordo com os meios disponíveis;
- Se tiver identificados um marco institucional adequado, e as fontes de conhecimento e financiamento para a implementação e o monitoramento dessas medidas.

Portanto, uma política efetiva deve incluir:

- O planejamento operacional efetivo e a implementação das medidas e instrumentos previstos;
- Sua revisão e adaptação periódicas com base nas experiências adquiridas durante sua implementação.

Os governos locais têm o poder de desenvolver vários tipos de instrumentos políticos que podem ser aplicados para apoiar ou regular a promoção da agricultura urbana.

Eles incluem instrumentos legais, econômicos, educativos, comunicativos e de planejamento urbano.

As políticas de agricultura urbana podem interagir e se combinar com outras políticas públicas implementadas pelos governos locais, criando assim múltiplos benefícios para os cidadãos urbanos.

Cada instrumento está baseado numa hipótese específica relacionada com os modos como o comportamento dos atores da sociedade podem ser influenciados. Esses aspectos serão discutidos no próximo subcapítulo.

## 4.2.2 – Dimensões políticas da agricultura urbana

### Introdução

As razões pelas quais os formuladores de políticas criam políticas de agricultura urbana dependem muito de seus objetivos e do que pretendem realizar. Nessa subseção, analisaremos três dimensões básicas dessas políticas: a social, a econômica e a ambiental.

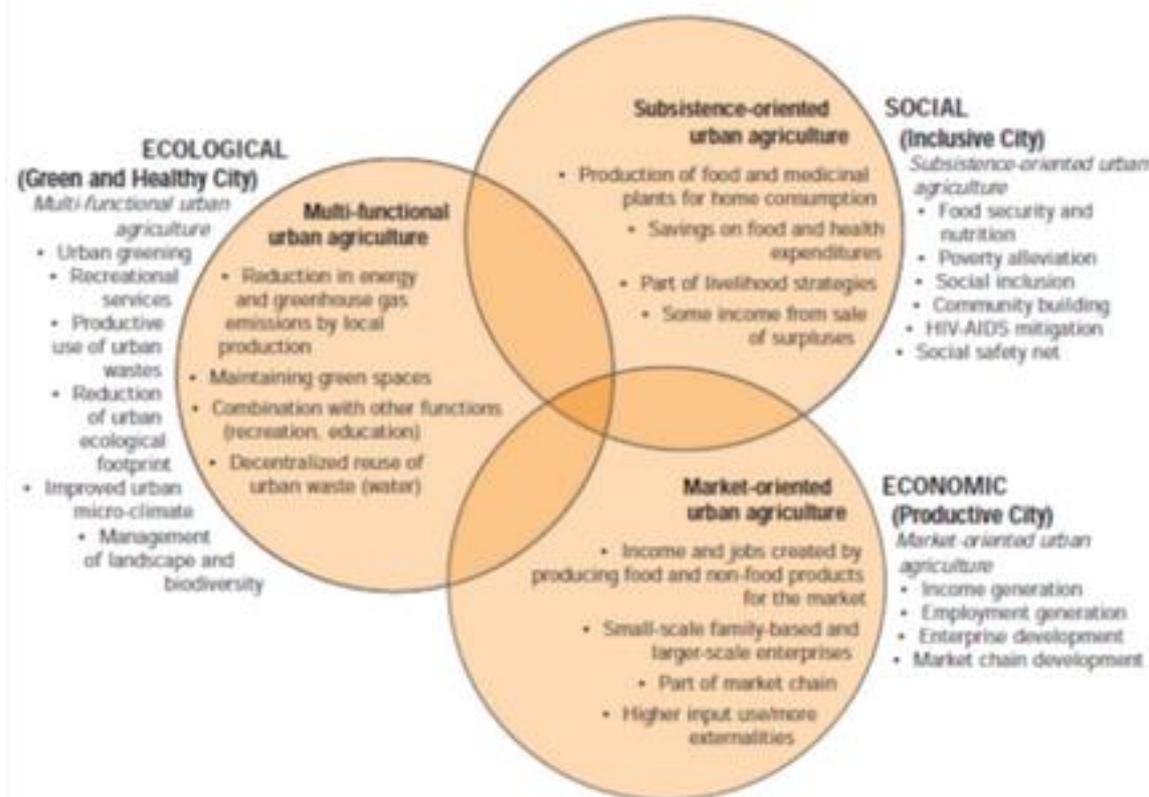
### As três dimensões das políticas de agricultura urbana

Já vimos que a aceitação da agricultura urbana está crescendo em muitas cidades e países do mundo. Nos anos recentes, cidades como Accra (Gana), Beijing (China), Nairóbi (Quênia) e Rosário (Argentina), e países como o Sri Lanka, Brasil e Serra Leoa começaram a apoiar a agricultura urbana por meio de políticas específicas. Iniciativas na Europa, Canadá e nos EUA também estão sendo formuladas para aumentar a sustentabilidade de seus sistemas alimentares urbanos.

Os formuladores de políticas precisam considerar seus principais objetivos ao apoiarem a agricultura urbana. Por exemplo: será para reduzir a pobreza ou aumentar a disponibilidade de alimentos na região? Promover a coesão comunitária e a inclusão social? Ou aumentar as áreas verdes urbanas e as opções de reuso dos resíduos orgânicos?

Em geral, devemos considerar as três principais dimensões das políticas de agricultura urbana:

- A dimensão social (visando a cidades inclusivas, saudáveis e com segurança alimentar)
- A dimensão econômica (visando a cidades economicamente viáveis)
- A dimensão ambiental (visando a cidades ecologicamente sustentáveis)



Fonte: Dubbeling et al., (2010)

É necessário destacar que essas três dimensões não são mutuamente excludentes, e que, na prática, a maior parte das políticas ligadas à agricultura urbana estará voltada para uma combinação delas. O resultado é uma variação na ênfase que será dada a uma certa dimensão em determinado local e segmentos da população, e a dada a outra, mais adequada para outras áreas da cidade e para outros atores.

### *A dimensão social das políticas de agricultura urbana*

No Sul global, a dimensão social refere-se principalmente (mas não unicamente) a políticas voltadas para apoiar tipos de agricultura urbana orientadas para a subsistência, integradas a estratégias voltadas para as populações vulneráveis e focadas principalmente na produção de alimentos e plantas medicinais para consumo doméstico.

Além disso, o objetivo é reduzir as despesas com alimentos e remédios, e gerar pequenas rendas com a venda de eventuais excedentes. Essas famílias precisam de renda adicional de outras fontes além da agricultura para sobreviverem. Os exemplos incluem a horticultura doméstica e comunitária, as hortas institucionais em escolas e hospitais, e a agricultura de pequena escala em áreas abertas com baixo nível de investimento.

Esses sistemas têm importantes impactos na sociedade, como a inclusão social, a redução da pobreza, o desenvolvimento comunitário e o alívio dos impactos da AIDS. Um exemplo é a Cidade do Cabo, África do Sul, onde as terras ao longo das linhas de transmissão de energia ou às margens das estradas são cedidas ou arrendadas aos moradores (Baker & de Zeeuw, 2015).

Além disso, existem cada vez mais políticas dos governos locais voltadas para o fortalecimento da agricultura urbana voltada para o mercado em cidades no Sul global. Um exemplo notável é o projeto AGRUPAR na cidade de Quito, Equador, que promove a produção de alimentos para consumo doméstico e comercialização com base em métodos orgânicos. Ele já foi implementado em 2.500 hortas urbanas, e capacitou 16.700 pessoas das quais 84% são mulheres. Atualmente o projeto soma 24 hectares e produz mais de 400.000 kg de alimentos por ano para a cidade. A produção é comercializada por meio de cadeias curtas em mercados pela cidade, com 23% dela sendo vendida nas BIOFEIRAS (mercados ao ar livre) em 14 pontos da cidade. Toda a produção é certificada como orgânica, desde 2007, pelo sistema de certificação participativa. Metade da produção é usada no consumo doméstico, enquanto que a outra metade é comercializada. Os horticultores envolvidos nessas vendas faturam em média US\$ 55 mensalmente, mas 17% deles chegam a faturar US\$ 300 por mês. As economias para os moradores, resultantes da produção doméstica, chegam US\$127 por mês.

No Norte global, a dimensão social geralmente foca na inclusão e no desenvolvimento comunitário. Ela está ligada especificamente a políticas que usam diversos tipos de agricultura urbana como veículo para promover diretamente a capacitação e o desenvolvimento comunitário local, a inclusão social e a governança participativa, bem como para criar locais vibrantes de reunião dos moradores.

Os exemplos são numerosos, e incluem Chicago, EUA, onde uma fundação foi criada para adquirir áreas baldias para desenvolver hortas comunitárias, e Londres, Reino Unido, onde a agricultura urbana foi incluída no Plano de Desenvolvimento da cidade. Uma das ações previstas visa introduzir a agricultura urbana nos bairros mais vulneráveis.

 Assista ao vídeo [Planning for a Sustainable Local Food System](#)



Exercício de mapeamento das partes interessadas na Cidade do Cabo.  
Foto de Verena Bitzer

### *A dimensão econômica das políticas de agricultura urbana*

A dimensão econômica das políticas de agricultura urbana refere-se às ações produtivas voltadas principalmente para o mercado. Frequentemente são atividades realizadas por empreendedores familiares de pequena escala – mas às vezes trata-se de empreendimentos de maior escala envolvendo investidores privados ou associações de produtores. Essas atividades são relevantes pela produção não apenas de alimentos (p.ex. horticultura irrigada, produção de leite com vacas estabuladas) mas também de produtos não alimentares (ervas medicinais e aromáticas, flores, plantas ornamentais, produtos com valor agregado).

Tais operações comerciais estão inseridas em cadeias que incluem empresas de pequena ou maior escala dedicadas ao fornecimento de insumos agrícolas (composto, ração animal), processamento e comercialização.

As questões de política econômica relacionadas com a agricultura são muito variadas. O fortalecimento de habilidades e o treinamento da mão de obra, as incubadoras de negócios e o desenvolvimento de cadeias de valor são questões críticas que muitas cidades devem considerar em suas políticas públicas voltadas para a agricultura urbana, que também precisam prever fundos para a implementação de programas e projetos voltados para esse setor.

O governo local pode ajudar o desenvolvimento das empresas pequenas e médias envolvidas com a agricultura urbana por meio de políticas que viabilizem a atividade. O zoneamento do uso do solo contém muitas dimensões ligadas a políticas econômicas. Por exemplo, Dar Es Salaam, Tanzânia, reconheceu a agricultura urbana como um uso do solo permitido, alterando assim a situação econômica dos produtores urbanos de modo positivo.

Os governos locais podem ajudar o desenvolvimento das empresas pequenas e médias envolvidas com a agricultura urbana por meio de políticas que promovam a atividade. O zoneamento do uso do solo contém muitos aspectos ligados à dimensão econômica das políticas que afetam a agricultura urbana. Por exemplo, Dar Es Salaam, Tanzânia, reconheceu a agricultura urbana como um uso permitido do solo, alterando assim a situação econômica dos produtores urbanos de modo positivo.

### *A dimensão ambiental das políticas de agricultura urbana*

A dimensão ecológica refere-se aos tipos e práticas de agricultura urbana favoráveis à gestão ambiental.

A disposição dos resíduos sólidos orgânicos é uma questão muito importante para as cidades. Portanto, as políticas que apoiem a compostagem e o reuso desses resíduos transformados em fertilizante são positivas para a sustentabilidade urbana, e podem oferecer um insumo muito útil para os produtores agrícolas.

As políticas relacionadas com o uso seguro das águas servidas na agricultura urbana é outro exemplo dessa dimensão ecológica, na qual efluentes são transformados em insumos.

Por fim, a agricultura urbana pode ajudar no fornecimento de serviços ambientais demandados pelos cidadãos urbanos, como o enverdecimento dos bairros e o melhoramento do clima local (sombreamento, amenização do microclima, redução dos gases do efeito estufa, dos ruídos e poeira), e a gestão paisagística (parques, zonas de amortecimento, e em áreas sujeitas a enchentes e terremotos ou ambientalmente críticas, que precisam ser mantidas livres de construções).

A luta contra as mudanças climáticas e a redução das emissões de gases do efeito estufa propõem uma nova fronteira para as políticas ligadas à agricultura urbana.

Os exemplos incluem Amã, Jordânia, que introduziu a agricultura e a silvicultura em seus planos urbanísticos para mitigação dos impactos climáticos, e Brighton e Howe, no Reino Unido, que ajudam financeiramente as operações de compostagem comunitária (de Zeeuw & Baker, 2015).



Assista ao vídeo [How and why should food be considered within the climate policies of cities?](#) (UN Environment)

## 4.2.3 – Obstáculos que limitam o desenvolvimento da agricultura urbana

### *Introdução*

Esse subcapítulo explora questões regulatórias e de políticas públicas que prejudicam o desenvolvimento da agricultura urbana. As áreas examinadas incluem os problemas causados pela falta de reconhecimento da atividade, por questões de acesso à terra, por fatores ambientais e de saúde e, por fim, à venda dos produtos.

No capítulo 1.1.6 foram abordados alguns dos desafios que a agricultura urbana enfrenta. Agora iremos focar nos obstáculos eventualmente causados por políticas públicas e regulamentações

Vamos começar pela nossa própria percepção sobre qualquer pessoa envolvida diretamente na prática da agricultura urbana. Essa percepção pode estar baseada no que aprendemos até agora neste curso ou na própria experiência que temos com a atividade.

### *O reconhecimento da agricultura urbana*

A falta de reconhecimento da agricultura urbana como uma atividade profissional é uma questão que atrapalha a sua prática em muitas cidades tanto no Norte como no Sul globais. A ausência de tal reconhecimento pode resultar numa falta generalizada de políticas de apoio para a atividade. Os políticos em todos os níveis do governo, inclusive no nível local, frequentemente não compreendem as múltiplas funções que a agricultura urbana pode desempenhar.

Existem muitas razões para essa falta de reconhecimento. Os órgãos do governo que atuam junto à agricultura ou ao desenvolvimento econômico estão acostumados a trabalhar numa escala diferente da maioria das iniciativas de AU, e por isso não compreendem suas necessidades específicas e seu potencial. Muitos poucos estados e prefeituras têm órgãos dedicados a apoiar a AU. Além disso, muitas pessoas dentro do governo podem não estar conscientes do número de agências diferentes que têm impacto na atividade ou são afetadas por ela. Os órgãos oficiais frequentemente trabalham totalmente desarticulados, sem ter uma visão do conjunto. A comunicação entre esses órgãos é muitas vezes insuficiente.

Preconceitos socioculturais podem surgir da visão convencional sobre o papel da cidade em oposição às áreas rurais, com relação à produção de alimentos, com a ideia de que a modernidade implica num padrão de estética, eficiência e higiene que define a agricultura como atividade exclusivamente rural.

A industrialização da alimentação resultou no distanciamento das pessoas dos sistemas que produzem sua comida, e favoreceu muitas incompreensões. Esses vieses, conscientes ou não, levaram a práticas de planejamento, leis e regulamentos que não favorecem o desenvolvimento da AU ou mesmo a rejeitam.

Outros setores da sociedade, como por exemplo, as associações comerciais, as agências promotoras das pequenas e médias empresas e outras organizações sociais ligadas à economia, aos negócios e ao empreendedorismo, frequentemente não estão conscientes do papel que a agricultura urbana pode desempenhar. Esse fato impacta a agricultura urbana de vários modos, inclusive pela oposição a projetos ou deixando de incluir defensores da agricultura urbana em associações de moradores, por exemplo.

A falta de acesso à assistência financeira e técnica também ocorre por essa falta de reconhecimento. Os subsídios, investimentos a fundo perdido, empréstimos preferenciais e apoio à comercialização, estão disponíveis para a agricultura de escala industrial, muitas vezes orientada para a exportação, mas geralmente essas formas de suporte desconhecem a agricultura urbana.

O financiamento a projetos de pequena escala orientados socialmente depende pesadamente da boa vontade de governos que lhes ofereçam programas de desenvolvimento e recursos a fundo perdido.

Algum apoio financeiro inicial pode ser importante para dar início aos projetos, mas não é uma fonte de financiamento confiável para a sustentabilidade a longo prazo, conforme novas demandas e prioridades estão sempre disputando esses recursos.

A presença de assistência técnica para a agricultura em áreas urbanas é frequentemente pequena ou inexistente. Quase sempre os serviços públicos de extensão agrícola estão focados nas áreas rurais. Muitas vezes as equipes de extensão não têm experiência com técnicas de cultivo em pequenos espaços, e insumos como estrume ou composto podem não estar disponíveis ou serem muito caros.

### *A terra*

O acesso à terra é uma questão política, e as regras que determinam quem pode possuir áreas ou ter a posse segura delas são diferentes em muitos lugares. Em regiões da África subsaariana, as mulheres não podem possuí-las. A capacidade para controlar uma área também pode ser frágil, e as ocupações informais são sempre arriscadas. O acesso das mulheres ao crédito também é muito limitado em vários países, impedindo-as assim de terem oportunidade de atuarem na agricultura do jeito que gostariam.

Políticas restritivas de zoneamento do solo urbano e periurbano podem limitar os tipos de produção agrícola viáveis. O zoneamento urbano regula quais usos são permitidos nas diversas áreas da cidade, frequentemente definindo-as como de uso residencial, comercial, industrial, áreas verdes, ou – mais raramente – uso agrícola. Algumas cidades podem ter áreas destinadas a atividades comerciais, mas não disponíveis para negócios ligados à agricultura urbana (como instalações para a produção aquapônica em seu interior). As práticas e os padrões ambientais e sanitários variam de acordo com o uso da terra, tanto em áreas abertas quanto fechadas, no interior de construções.

Por outro lado, não haver regras para o uso do solo também pode ser prejudicial, se as autoridades entenderem que a ausência de permissão explícita é sinal de que determinado uso é ilegal. O raciocínio é que, caso um certo uso da terra não esteja previsto no plano de zoneamento, então ele é ilegal.

Onde existe alguma incerteza sobre a legalidade ou não das atividades de agricultura urbana, as pessoas vão praticá-las na esperança de não serem impedidas. Mas isso pode levar a situações de maior insegurança, (já que os cuidados necessários não serão aplicados), e há um risco desproporcional para os produtores de baixa renda, que enfrentarão grandes dificuldades se investirem tempo e recursos em projetos que podem ser interrompidos ou se forem retirados das áreas que cultivam.

Do mesmo modo, muitas regiões têm políticas restritivas com relação à compostagem. Na América do Norte, a compostagem de escala média é especialmente afetada por esses regulamentos. As normas ambientais apenas dizem respeito a grandes operações de reciclagem, e praticamente não são aplicáveis às operações de porte médio ou comunitárias.

### *Ambiente e saúde*

As regras e os regulamentos voltados à proteção da saúde humana e ambiental têm um impacto sobre *onde* e *como* as pessoas podem instalar seus cultivos.

Os usos anteriores ou concorrentes da terra (como atividades industriais ou o uso de herbicidas) podem resultar na presença de resíduos tóxicos e outras formas de contaminação, tornando arriscado o trabalho no local ou consumir os alimentos produzidos ali. Em algumas áreas, agências do governo estão publicando diretrizes para ajudar os produtores a decidirem se convém cultivar em certos locais, ou o que produzir neles. Mesmo assim, a questão pode confundir os produtores urbanos. Dois exemplos podem ser vistos acima (?). O desafio é produzir materiais de apoio que sejam abrangentes e de fácil compreensão para os produtores.

Os processos que estabelecem a segurança dos espaços de cultivo e das práticas agrícolas (como a compostagem) podem ser tão complexos, demorados e caros que tornam certos locais inviáveis para muitos produtores. Por exemplo, em alguns países diversas exigências, como a realização de testes sobre a qualidade do solo, a análise do fluxo da água e de sua qualidade e a avaliação arqueológica da área, são necessárias para que a implantação de cultivos seja autorizada.

As políticas relacionadas com a criação de animais nas cidades frequentemente envolvem a questão da saúde. Em especial, a destinação dos resíduos dos animais é citada como um problema. Mas onde existem limites com relação ao número de animais que podem ser criados nas áreas urbanas (conforme as espécies), essa preocupação é muitas vezes exagerada.

### *O aspecto comercial*

As regras são certamente necessárias para regulamentar a indústria de alimentação e garantir a segurança dos consumidores. Porém a complexidade do ambiente regulatório pode agir como um impedimento para novos negócios, e a adequação às normas pode ser muito custosa para muitos envolvidos na atividade.

Alguns exemplos de restrições que os produtores e processadores de alimentos podem enfrentar incluem:

- Regulamentações envolvendo os alimentos
- Inspeções
- Avaliações e rotulagem
- Permissões e licenciamentos para os negócios
- Normas e regulamentações envolvendo o meio ambiente
- Leis e regulamentações sobre a mão de obra envolvida
- Análise dos riscos e pontos de controle críticos (*hazard analysis and critical control points* – HACCP)
- Gestão do fornecimento (como cotas mínimas ou comercialização obrigatória de produtos)
- Certificação e *marketing* (o que o produtor pode e não pode dizer sobre seu produto)

A ausência de políticas municipais de compra de alimentos produzidos localmente também pode ser uma limitação para o desenvolvimento da agricultura urbana.

Do mesmo modo, acordos de comércio internacional que restringem tais políticas de compra preferenciais para os produtos locais também afetam negativamente a agricultura urbana.

Por outro lado, governos que implementam políticas de compra de alimentos locais para as instituições públicas, como escolas, hospitais, presídios etc., podem promover forte expansão econômica para o setor.



#### **Tarefa 4.2.3.**

*Que tipos de obstáculos políticos e regulatórios você acredita que os agricultores urbanos enfrentam?*

## 4.2.4 – Instrumentos de políticas públicas para a agricultura urbana

### *Introdução*

Neste subcapítulo, vamos examinar os instrumentos de políticas que estão disponíveis para apoiar a agricultura urbana. Esses instrumentos referem-se a mecanismos e técnicas à disposição de um governo para implementar os objetivos de suas políticas. Iremos analisar quatro categorias deles em particular: os legais, os econômicos, os comunicativos/educativos e os urbanísticos.

### *Instrumentos legais*

A lógica por trás dos instrumentos legais é que os atores (os cidadãos, as indústrias ou as instituições públicas) podem ser forçados para adotar um certo comportamento desejável por meio de normas e regulamentações legais (como leis, decretos, posturas), e que é possível controlar se esses atores irão ou não respeitá-las. Os atores que não aderirem a elas serão penalizados.

Esses instrumentos de políticas são especialmente úteis nos casos em que:

- O comportamento desejado não pode ser alcançado de outro modo;
- As regras podem ser facilmente controladas e impostas.

Além disso, os instrumentos legais são usados no caso onde os outros instrumentos (econômicos, educativos e de projeto) requerem uma base legal adequada. Os exemplos incluem cidades como Governador Valadares (Brasil) e Lima (Peru), onde programas de agricultura urbana foram formalizados por meio de legislação.

O emprego de instrumentos legais, porém, não ocorre sem enfrentar alguns desafios. Um número crescente de leis, decretos, posturas e regulamentos pode levar a contradições (o que é permitido ou promovido por uma lei ou regulamento pode ser proibido ou restringido por outra). Essa situação ocorre frequentemente com relação à agricultura urbana devido ao seu caráter multissetorial e multijurisdicional. Por exemplo, uma cidade pode ter uma política formal que apoia a agricultura urbana enquanto que, ao mesmo tempo, suas normas ambientais ou de saúde pública a proíbem ou a limitam severamente.

Os mecanismos para fazerem valer esses instrumentos legais são muitas vezes fracos pela carência de recursos necessários ou de vontade política, reduzindo a capacidade de penalizar o comportamento indesejado ou resultando num tratamento desigual para os diversos atores – quando as atividades de alguns são penalizadas e nunca as mesmas de outros. Tal situação (proibida pela lei, mas tolerada na prática) é muito comum onde a agricultura urbana é especialmente concerned (?) como nas cidades da África subsaariana.

### *Instrumentos econômicos*

A lógica por trás da aplicação dos instrumentos econômicos é a expectativa de que os atores irão adotar um certo comportamento desejável se ele produzir algum ganho econômico (ou perda, se eles insistirem num comportamento indesejado). Os governos locais, por exemplo, podem oferecer incentivos e subsídios se os atores adotarem o comportamento desejável, ou cobrar multas ou taxas pelo comportamento indesejado (similar à taxa sobre a venda de cigarros e bebidas alcoólicas). Tais instrumentos econômicos também precisam de uma base legal, mas o elemento essencial não é a lei em si, mas o incentivo econômico ou prejuízo que vai encorajar (assim se espera) um certo comportamento.

Muitos municípios oferecem descontos no imposto territorial urbano para os proprietários que permitem que agricultores pobres cultivem seus terrenos sem uso. O município de Governador Valadares (Brasil) reduz o IPTU dos terrenos privados usados na produção de alimentos. Outras cidades reduzem a tarifa da água para irrigação ou oferecem incentivos para a compostagem e reuso dos resíduos orgânicos. O apoio econômico também pode dar-se na forma de água, ferramentas, sementes e composto para os produtores urbanos.

Um exemplo de instrumento econômico com base legal está sendo usado para promover a agricultura urbana desde 2014 na Califórnia, que estabeleceu uma zona para incentivar a atividade. A ideia é reduzir o imposto territorial a ser pago pelos proprietários se eles autorizarem o uso agrícola de seus terrenos vagos por pelo menos cinco anos.

Esse instrumento político é especialmente útil quando:

- O incentivo econômico é facilmente reconhecido e substancial o bastante para ter um efeito
- O incentivo econômico está diretamente relacionado com o comportamento desejado.

Os problemas relacionados com a aplicação desse instrumento incluem o fato de que os custos da política não podem ser controlados e podem se tornar inviáveis se muitos atores o adotarem. Igualmente, as multas e subsídios podem agravar a desigualdade social ou parecerem injustos se não houver um meio para garantir que os grupos mais vulneráveis da comunidade sejam os principais beneficiários do incentivo econômico. É de se esperar, portanto, que surjam controvérsias com relação a esse tipo de incentivo.

Em Vancouver, Canadá, uma grande incorporadora firmou um contrato de arrendamento gratuito por três anos com um projeto de agricultura comunitária chamado SOLE, para cultivar um terreno de 2.000 m<sup>2</sup> localizado em Downtown Eastside, um bairro pobre da cidade.

Em troca, a empresa teve o imposto territorial anual da área reduzido de aproximadamente \$50.000 (por ser uma área comercial), para \$15.000 (como sendo uma área agrícola). As vantagens para a comunidade são óbvias: oportunidades para produzir alimentos combinadas com programas de capacitação para os agricultores locais, em geral pessoas de baixa renda. Mesmo assim, a redução do imposto territorial nesse caso e em outros similares na cidade tem sido fonte de discordância e controvérsia. Neste caso, tem sido questionado os motivos que levaram os proprietários a cederem o local “gratuitamente” para o projeto.

### *Instrumentos comunicativos/educativos*

A ideia por trás do uso de instrumentos comunicativos/educativos é que as pessoas irão adotar um comportamento desejável determinado se forem bem informadas sobre os seus efeitos positivos e os impactos negativos do comportamento indesejado. Ferramentas de informação, educação e persuasão podem incluir programas na mídia, redes sociais, visitas de extensionistas, cursos de treinamento, folhetos e sites na internet. Esses instrumentos são aplicados para fazerem as pessoas compreenderem a importância do comportamento desejado, e ajudá-las no processo de mudança. Exemplos bem conhecidos incluem campanhas na mídia para desestimular o tabagismo ou promover o uso de preservativos para evitar o contágio pelo vírus da AIDS. No mundo da agricultura urbana, o site [Kickstarter](#) e outros similares estão se tornando populares para ajudar a levantar fundos para os projetos.

Com relação à agricultura urbana, a prefeitura pode oferecer treinamento aos produtores, ou educação para as crianças sobre alimentação saudável e o cultivo e preparo de alimentos.

Instrumentos comunicativos/educativos são frequentemente usados como uma abordagem complementar associada a outros instrumentos, que podem ser prejudicados caso falte uma estratégia de comunicação e educação adequada.

Nesse contexto, a importância de se projetar e implementar uma estratégia para comunicar as políticas municipais de agricultura urbana e seus instrumentos ao público-alvo deve ser sempre enfatizada.

### *Instrumentos urbanísticos*

A lógica por trás dos instrumentos de projeto é que os atores irão adotar um determinado comportamento desejável se o ambiente físico for projetado de modo que eles sejam induzidos a agir de certo modo. Por exemplo, se as latas de lixo estiverem amplamente disponíveis, as pessoas irão jogar menos lixo no chão.

Exemplos envolvendo a agricultura urbana incluem o zoneamento (reservar e proteger certas áreas da cidade para a agricultura); combinar ou separar certos usos do solo dependendo de sua incompatibilidade ou sinergia; a inclusão de espaços para a horticultura doméstica ou comunitária nos projetos habitacionais etc.

Várias cidades incluíram áreas destinadas para a agricultura em seus planos urbanísticos, habitacionais e de melhoria em comunidades pobres. Também no Canadá, diretrizes sobre projetos incluindo a agricultura urbana estão sendo criadas, como as [Diretrizes de Agricultura Urbana para o Setor Privado da cidade de Vancouver](#).

## 4.2.5 – Exemplos de políticas e de regulamentações

### Introdução

Os governos das cidades estão numa posição capaz de promover a situação e a prática da agricultura urbana. Neste subcapítulo, serão examinadas algumas das ações relacionadas com as políticas e regulamentações. O Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana – PMPAU será usado como marco conceitual.

Os governos podem adotar várias ações que afetam a agricultura urbana. Os exemplos incluem leis, posturas, diretrizes, zoneamentos, regulamentos e padrões sanitários para citar apenas alguns. Essas ações podem apoiar ou restringir a atividade. Nesta seção examinaremos alguns exemplos dessas ações políticas. E como marco, usaremos o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana ([em português](#) / [em inglês](#)).

O PMPAU foi assinado pelos prefeitos de mais de 100 cidades do mundo inteiro em 15 de outubro (Dia Mundial da Alimentação) de 2015, e em janeiro de 2017 [mais de 140 cidades](#) já estavam participando.

O texto do Pacto, baseado nas experiências das cidades participantes e compilado por uma equipe de especialistas na área das políticas alimentares urbanas (incluindo a Fundação RUAF), tornou-se uma referência para possíveis medidas políticas que as cidades poderão adotar nessa área. O documento faz recomendações em seis núcleos temáticos:

- Assegurar um ambiente favorável para ações efetivas (governança)
- Dietas sustentáveis e nutrição
- Equidade social e econômica
- Produção de alimentos
- Abastecimento e distribuição de alimentos
- Resíduos alimentares

Essas áreas de ação serão discutidas brevemente com alguns exemplos dados para ilustrar as possibilidades. Todos os exemplos foram recolhidos de Forster et al. (2015). Esse livro documenta muitos estudos de caso de cidades com boas práticas no que concerne à alimentação. Os estudantes estão encorajados a conhecer esse [recurso](#) mais de perto.



Grupo de trabalho em Milão. Foto de Andrea Calori

### *Assegurando um ambiente favorável para ações efetivas (governança)*

Muitas ações podem ser realizadas que irão propiciar um ambiente efetivo para que uma política seja criada. Facilitar a colaboração entre as agências e departamentos oficiais é extremamente importante já que a agricultura urbana toca nas atribuições de vários órgãos governamentais. A criação de grupos de trabalho interdepartamental, envolvendo diversas agências do governo, é uma ação de grande relevância.

Melhorar a participação das várias partes interessadas é importante para que os sistemas alimentares de uma cidade funcionem bem. A formulação de políticas e o planejamento de ações envolvendo as partes interessadas (*Multi-stakeholder policy formulation and action planning* – MPAP) é uma maneira bem efetiva para assegurar a participação dos atores e a coleta de dados sobre a atividade.

Outra ação relacionada é a criação de conselhos de políticas alimentares. Esses fóruns multiatorais fornecem uma ótima plataforma onde é possível identificar as medidas de políticas públicas necessárias para melhorar o sistema alimentar local e promover a agricultura urbana.

A última recomendação nessa subseção é o desenvolvimento de uma estratégia de redução de riscos de desastres, para melhorar a resiliência do sistema alimentar urbano. As estratégias para enfrentar desastres precisam considerar o futuro do abastecimento alimentar diante de desafios como a mudança climática. A comunidade da agricultura urbana precisa estar bem engajada nessa discussão

### ***A política municipal alimentar e o Conselho de Política Alimentar de Ghent***

A política alimentar “Gent en Garde”, da cidade belga de Ghent, foi iniciada em 2013 com o objetivo de reduzir os impactos ambientais da produção, processamento e transporte de alimentos e da geração de resíduos. Para ajudar a sua formulação, foi criado um conselho de políticas alimentares, formado pelas várias partes interessadas no sistema alimentar local, incluindo pessoas que atuam na agricultura, em organizações sem fins lucrativos, no comércio varejista, no preparo de refeições para distribuição e na academia. No âmbito do governo municipal, um grupo de trabalho interno foi criado para assegurar que a comunicação e a cooperação ocorram entre os vários setores governamentais que têm interface com a agricultura urbana.

### ***Cidade de Nova York – padrões nutricionais e compras institucionais de alimentos saudáveis***

Em Nova York, EUA, padrões com base em evidências verificadas foram desenvolvidos para regular a quantidade de gorduras *trans*, sódio e açúcar nas refeições servidas pelas agências, instituições e organizações do governo local. A política voltada para as compras de alimentos pelo governo municipal vem dando um impulso à agricultura no estado de Nova York. Em 2012, o Conselho Municipal aprovou uma lei que encoraja as agências e órgãos locais a comprarem alimentos localmente produzidos. Essa norma autoriza os compradores oficiais a pagarem, por alimentos locais, até 10% a mais sobre o melhor preço levantado por produtos vindos de outras regiões. Essa decisão é uma medida efetiva para integrar políticas vinculadas a diversas áreas do governo (saúde, nutrição, agricultura, ambiente, desenvolvimento econômico).

### ***Dietas sustentáveis e nutrição***

A promoção de dietas sustentáveis refere-se a uma alimentação que seja saudável, segura, culturalmente apropriada, ambientalmente favorável e com base no direito da população à soberania alimentar.

Os tipos de medidas políticas incluem a criação de estratégias alimentares ou de medidas fiscais para desencorajar o consumo de, por exemplo, alimentos industrializados pouco saudáveis (*junk food*). As diretrizes podem ajudar os consumidores a decidirem quais alimentos são mais apropriados para consumir. Padrões, regulações e rotulagem são outros instrumentos de política pública que podem ser usados na promoção de dietas sustentáveis e de uma alimentação mais nutritiva. Para educar as pessoas sobre essas questões, canais como anúncios de interesse público e campanhas informativas já se provaram efetivos.

### ***Shanghai – Sistema informatizado para o rastreamento dos alimentos***

Em 2015, a cidade de Shanghai, China, criou um programa de regulamentação e informações sobre a segurança alimentar e o rastreamento dos alimentos. Ele envolve a coleta de dados dos produtores e distribuidores das nove categorias mais importantes de alimentos, incluindo grãos, carne, aves, hortaliças, frutas, pescado e frutos do mar, soja e laticínios. Penalidades são aplicadas aos negócios que não aderirem às normas. Espera-se que com o uso de celulares os consumidores serão capazes de rapidamente descobrir de onde provêm os seus alimentos.

Shanghai também criou um sistema de crédito para a segurança alimentar voltado para os restaurantes e lojas varejistas de alimentação. Na internet, os consumidores podem informar-se sobre como cada negócio vai indo com relação às diretrizes ligadas à saúde. Uma escala de ícones “smileys” é usada: uma face sorridente indica comida saudável e pouco risco; uma face chorosa indica pouca segurança e alto risco.

### **Milão – Preparação de refeições para escolas e serviços públicos**

Milano Ristorazione é uma empresa de propriedade municipal que prepara e distribui 80.000 refeições por dia para escolas, creches, asilos para idosos e ainda mantém um serviço móvel de entregas. A ênfase é fornecer refeições nutritivas e educação sobre sustentabilidade, redução de resíduos e integração sociocultural. Para promover a redução de resíduos, foi criado o programa “Eu não desperdiço”.

#### **Material opcional:**

Para maiores informações por favor leiam [Milan leads fight against food waste – with ugly fruit and Michelin-starred soup kitchens](#) (*The Guardian*, Outubro de 2016).

### **Equidade social e econômica**

O PMPAU contém várias recomendações práticas e inspiradoras sobre políticas voltadas para a equidade social e econômica. O apoio a redes (hortas comunitárias etc.) é um excelente modo para engajar as comunidades nos sistemas alimentares, integrando inclusão social com disponibilidade de alimentos para os mais carentes. Os sistemas alimentares das escolas podem ser estruturados para favorecerem a compra de alimentos locais e regionais produzidos de modo sustentável. Outras alternativas incluem aumentar o acesso das pessoas mais carentes à alimentação por meio de bancos de alimentos e cozinhas comunitárias.

### **Belo Horizonte – Restaurantes populares**

O programa “Restaurantes Populares” constitui uma importante estratégia incluída na Política de Segurança Alimentar e Nutricional da prefeitura de Belo Horizonte, Brasil. Atualmente existem quatro restaurantes em bairros de baixa renda da cidade, servindo cerca de 3 milhões de refeições por ano. Essas refeições são subsidiadas, e, portanto, muito mais baratas do que as servidas em outros restaurantes. As pessoas beneficiárias do programa federal “Bolsa Família” recebem um desconto de 50% no preço das refeições, que são gratuitas para as pessoas sem-teto devidamente registradas. Os alimentos incluídos são produzidos por agricultores locais, o que impulsiona a agricultura periurbana de Belo Horizonte.



Assista ao vídeo [Future Policy Award \(long version\): Belo Horizonte](#)

### **Ghent – De Site: Hortas urbanas promovendo a equidade social**

Administrada por uma associação sem fins lucrativos e financiada pela prefeitura de Ghent, o programa “De Site” foi criado como um projeto temporário em uma das áreas mais pobres da cidade. Mais de 3.000 m<sup>2</sup> de antigos terrenos industriais foram transformados em duas áreas produtivas. Os moradores vizinhos podem arrendar parcelas para produzir alimentos, pagando com um “dinheiro local” alternativo. As hortaliças colhidas também podem ser vendidas em “quitandas sociais”, onde pessoas de baixa renda pagam por elas preços reduzidos. Algumas são entregues para restaurantes que cobram preços mais acessíveis para tornar as refeições acessíveis para as pessoas mais pobres.



Assista ao vídeo [Food Smart Cities Voices Ghent](#) (Política Alimentar de Milão)

### **Produção de alimentos**

Sete recomendações serão feitas nesta seção do Pacto de Milão. Integrar a produção e o processamento de alimentos nos planos de resiliência urbana é uma delas. Usar uma abordagem ecossistêmica no planejamento do uso do solo é outra política importante que vai afetar a produção de alimentos de modo positivo. Os programas que oferecem assistência financeira e treinamento técnico devem ser desenvolvidos para ajudar o setor. Políticas voltadas para os insumos podem ser criadas, como o estímulo à produção de composto e ao uso seguro de águas cinzas. As políticas para encurtar as cadeias de abastecimento constituem outra abordagem que pode dinamizar a agricultura urbana e periurbana.

### **Quito – Programa de Agricultura Urbana Participativa**

O programa Agricultura Urbana Participativa (AGRUPAR) é dirigido pela Agência Metropolitana de Promoção Econômica CONQUITO, da cidade de Quito, Equador. Desde 2002, o programa implantou 2.500 hortas que somam cerca de 24 hectares. A produção anual é estimada em 400.000 quilos de alimentos. Os objetivos da política incluem a redução da insegurança alimentar, o aumento da renda, a geração de empregos e o fornecimento de alimentos saudáveis para as pessoas. Metade da produção é vendida nos mercados de produtores locais, gerando renda para os agricultores.

#### **Material opcional:**

*Para maiores informações, por favor leiam [Quito, Ecuador: A Metropolitan Agriculture Programme for the Promotion of Integrated Territorial Planning \(páginas 58-71\)](#)*



*Família comprometida com “comer bem” — significando que eles investem pelo menos 50 % de seu orçamento alimentar com o “consumo consciente” de modo a contribuir com a agroecologia. Foto de Stephen Sherwood*

### **Chicago – Estimulando os cultivos urbanos**

Chicago, EUA, vem liderando o desenvolvimento de políticas que promovem a importância da agricultura urbana. Melhoramentos no zoneamento em 2011 resultaram na autorização das operações agrícolas urbanas e das hortas comunitárias como usos legítimos do solo urbano em diversas áreas da cidade. Diretrizes sobre os tamanhos máximos que os empreendimentos comerciais e as iniciativas sem fins lucrativos podem ter também foram estipulados. A Receita para Locais Saudáveis e o Plano para Bairros Verdes Saudáveis, de 2013, discutem a relação entre a alimentação e a obesidade. Suas recomendações são positivas para a agricultura urbana.

### **Fornecimento e distribuição de alimentos**

Embora não se trate de uma política pública, um mapeamento do trânsito de alimentos pode fornecer informações importantes aos seus formuladores, com relação ao acesso à alimentação e à infraestrutura necessária para garanti-la. A legislação e as diretrizes ligadas à alimentação podem ser criadas para assegurar seu acesso aos consumidores. Políticas de compras de alimentos pelos órgãos públicos e de apoio aos mercados de produtores influenciam diretamente a agricultura urbana e periurbana. Eliminar as barreiras ao acesso a mercados para os pequenos produtores é outra recomendação importante do Pacto de Milão.

### **Barcelona – mercados modernos**

O Instituto de Mercados de Barcelona recuperou vários mercados cobertos da cidade. O impacto econômico foi muito significativo. Os mercados agora faturam 1 bilhão de euros por ano, e empregam 7.500 pessoas. Além de comprarem alimentos locais e seguros, esses mercados ajudam os consumidores a melhorarem seus hábitos alimentares ao comprarem comida mais saudável. O bem-estar social da cidade também foi promovido graças a esses mercados.

### **Lion – Rotulagem justa e sustentável para os alimentos da cidade**

O Rótulo Justo e Sustentável de Lion foi criado em 2010 para promover o consumo sustentável de alimentos na cidade. O setor alimentar está muito envolvido em participar desse programa e o trabalho em rede entre as empresas que usam o rótulo é um dos seus maiores benefícios. Trata-se de uma iniciativa que integra os setores público e privado.

### **Prevenção, redução e gestão dos resíduos alimentares**

É importante quantificar e monitorar as perdas e desperdícios de alimentos para ver onde as mudanças devem ser feitas. Campanhas de serviço público podem ser promovidas para elevar a consciência do público para esses problemas. Muitas perdas ocorrem pelo modo como os padrões são estabelecidos, como, por exemplo, com relação às datas de validade dos produtos. Essa é uma questão onde mudanças nas políticas podem ajudar a reduzir o problema do desperdício de alimentos. Políticas que permitem e apoiem a redistribuição de comida também devem ser consideradas pelas municipalidades.

### **Paris – Recuperação e redistribuição de alimentos**

O Pacto Nacional Francês contra o Desperdício de Alimentos objetiva reduzir as perdas de comida em 50% até 2025. Essa iniciativa dos setores público, privado e da sociedade civil enfatiza a recuperação de alimentos em condições de consumo que são então redistribuídos. A cidade de Paris promove campanhas de conscientização juntamente com projetos de base comunitária que envolvem a redução do desperdício e a redistribuição de alimentos. Um grupo da sociedade civil “La tente des glaneurs” (a tenda dos reaproveitadores) está envolvido em certificar os alimentos coletados ainda seguros para o consumo, encaminhando-os para redistribuição a pessoas carentes.

#### **Material opcional:**

Para maiores informações, por favor leiam [“French law forbids food waste by supermarkets \(The Guardian, Fevereiro de 2016\)”](#)

### **Curitiba – Programas de acesso e segurança alimentar**

O programa *Câmbio Verde* está em andamento desde 1991. A premissa é simples – para cada 5 kg de material reciclável entregue, a pessoa recebe 1 kg de alimento em troca. Desse modo, o volume de resíduos sólidos encaminhado para o aterro municipal é reduzido ao mesmo tempo em que se eleva o padrão nutricional das pessoas de baixa renda. Excedentes da produção das operações agrícolas da região são a principal fonte dos alimentos trocados.

## 4.2.6 – Principais recomendações políticas e linhas de ação

### Introdução

Agora iremos examinar várias recomendações e linhas de ação para promover a agricultura urbana e sistemas alimentares urbano-regionais mais saudáveis. Primeiro, vamos considerar algumas recomendações do projeto SUPURBFOOD, que pesquisa modos sustentáveis de abastecimento alimentar urbano e periurbano, com um foco na redução do desperdício, no encurtamento das cadeias alimentares e na conservação da terra agrícola. Como elas coincidem com as recomendações do Pacto de Milão, vamos discuti-las também aqui.

A seguir, o nosso foco se voltará para algumas recomendações ligadas à agricultura urbana que surgiram recentemente em Nova York, EUA, e em Toronto, Canadá.



### Recomendações do SUPURBFOOD

Muitos fóruns e organizações já propuseram recomendações políticas relevantes para fortalecer os sistemas alimentares urbano-regionais, juntamente com sugestões para promover a prática e os negócios da agricultura urbana e periurbana.

Em 2015, dentro do marco conceitual do projeto de pesquisa SUPURBFOOD, financiado pela União Europeia, sobre os modos sustentáveis de abastecimento alimentar urbano e periurbano ([www.supurbfood.eu/](http://www.supurbfood.eu/)), a Fundação RUAFA produziu um resumo das políticas em pauta com várias recomendações relevantes. O documento trouxe sugestões nas seguintes áreas, com alto grau de interrelações:

- Encurtar as cadeias alimentares
- Proteger espaços para a agricultura urbana e periurbana
- Reduzir o desperdício alimentar
- Otimizar a gestão dos resíduos alimentares
- Criar sinergias
- Compatibilizar as estruturas organizacionais

### **Encurtando as cadeias alimentares**

Recentemente muitos especialistas em políticas alimentares passaram a focar na questão do encurtamento das cadeias alimentares para melhorar o ambiente e tornar os sistemas mais sustentáveis. O PMPAU também incluiu esse objetivo:

**25.** Apoiar as cadeias alimentares curtas, as organizações de produtores, as redes e plataformas ligando produtores e consumidores, e outros sistemas de comercialização que integram a infraestrutura social e econômica do sistema alimentar, interligando as áreas urbanas e rurais. Isso deve incluir iniciativas de economia solidária e social, e sistemas de comercialização alternativos ([MILAN URBAN FOOD POLICY PACT](#)).

Encurtar as cadeias alimentares é uma política que tem um impacto positivo potencial na agricultura urbana e no desenvolvimento econômico. Significa que haverá mais alimentos produzidos localmente disponíveis com a possibilidade de criar relações mais fortes entre os produtores e os consumidores.

Os governos municipais podem facilitar mercados de produtores viáveis ao criarem políticas favoráveis e disponibilizando recursos (como permitindo a sua instalação em áreas públicas). Um exemplo disso é o programa Greenmarket, em Nova York. Ele tem por objetivos estimular a produção nas áreas periurbanas da cidade e propiciar aos consumidores o acesso a alimentos locais frescos.

Políticas que apoiem o transporte regional permitem aos produtores urbanos de alimentos acessar melhor os insumos e mão de obra de que precisam, e distribuir os seus produtos com mais facilidade.

Além disso, criar políticas realistas ligadas à infraestrutura básica, como abatedouros e instalações para processamento de produtos pode ajudar a aumentar a disponibilidade local de alimentos.

### ***Proteger a terra para a agricultura urbana e periurbana***

O acesso à terra e a segurança com relação à sua posse são questões críticas para o setor agrícola. Em muitos lugares ao redor das cidades existem solos saudáveis e produtivos, e as terras próprias para cultivo são um recurso não renovável que precisa ser protegido.

O zoneamento precisa ser usado para proteger as terras agrícolas da expansão urbana. É importante assegurar a existência da infraestrutura para complementar o uso produtivo da terra. Dentro das cidades, existem muitas políticas adequadas para garantir que haja terra disponível para a agricultura. Subsídios são oferecidos em Ghent, Bélgica, para assegurar aos produtores o acesso a terras temporariamente disponíveis. O governo de Toronto, Canadá, subsidia os custos na implantação de hortas comunitárias em parques.

O PMPAU também contém recomendações para as políticas fundiárias e sua relação com a agricultura:

**22.** Aplicar uma abordagem baseada nos ecossistemas de modo a orientar o uso, o ordenamento e a gestão integrada e holística dos solos, em colaboração com as autoridades urbanas e rurais e outros gestores de recursos naturais, combinando as várias características das paisagens, por exemplo, com estratégias de minimização de riscos, de modo a aumentar as oportunidades de produção agroecológica, conservação da biodiversidade e dos terrenos agrícolas, adaptação às mudanças climáticas, agroecoturismo, lazer e outros serviços dos ecossistemas.

**23.** Proteger e garantir o acesso e a posse segura da terra para produção sustentável de produtos alimentares nas áreas urbanas e periurbanas, incluindo terra para os horticultores comunitários e pequenos produtores, por meio de, por exemplo, bancos de terra ou cooperativas; ceder acesso a terras municipais para a produção agrícola local e integrar os planos e programas sobre o uso do solo com planos e programas de ordenamento urbano/municipal.

Duas outras recomendações do PMPAU lidam tangencialmente com essa questão:

**5.** Desenvolver ou melhorar os sistemas multissetoriais de compartilhamento de informações visando a desenvolver a política e o processo de responsabilização, pelo aumento da disponibilidade, da quantidade, da qualidade, da cobertura, da gestão e da troca de dados relacionados com os sistemas alimentares urbanos, incluindo a coleta formal de dados e informações gerados pela sociedade civil e por outros parceiros.

**20.** Promover e reforçar a produção e o processamento urbano e periurbano de alimentos com base em abordagens sustentáveis, e integrar a agricultura urbana e periurbana nos planos de resiliência das cidades e municípios.

### ***Redução dos resíduos alimentares***

A FAO calcula que um terço de todos os alimentos produzidos para consumo humano é perdido ou desperdiçado anualmente, ao longo de toda a cadeia alimentar: produção agrícola, manejo pós-colheita, processamento, distribuição e no nível do consumo. (FAO, 2011) ([Food Loss and Food Waste](#)).

O Pacto de Milão sobre Política Alimentar Urbana identificou o desperdício como uma área de ação decisiva. As ações recomendadas para as municipalidades incluem:

**34.** Convocar todos os atores relevantes do sistema alimentar para avaliarem e monitorarem as perdas e desperdícios alimentares e promoverem a sua redução em todos os níveis da cadeia de valor alimentar urbano-regional (na produção, no processamento, no empacotamento, na preparação dos alimentos, no manuseio e apresentação, na reutilização e na reciclagem), e garantir um planejamento holístico e transparente, e a responsabilização e integração das políticas.

**35.** Sensibilizar o público sobre as perdas e desperdício de alimentos por meio de eventos e campanhas; identificar os pontos focais como as instituições educacionais, mercados comunitários, lojas e iniciativas solidárias e de economia circular.

**36.** Colaborar com o setor privado juntamente com instituições de pesquisa, educativas e comunitárias para desenvolver e rever, quando apropriado, as políticas e regulamentos municipais (p.ex. os processos, padrões de classificação e certificação, datas de validade etc.) para evitar as perdas e garantir a recuperação de modo seguro dos alimentos e embalagens por meio de sistemas que fomentem o uso e não o seu desperdício.

**37.** Favorecer, quando possível, a recuperação e a redistribuição dos alimentos nutritivos e seguros para o consumo humano, quando em risco de serem desperdiçados e descartados durante as etapas de produção, processamento, comercialização (no atacado e no varejo), preparação de refeições e consumo.

A necessidade da redução dos desperdícios alimentares também foi discutida em outros fóruns. A Agenda pelo Desenvolvimento Sustentável 2030 inclui 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Goals - SDGs) que também são relevantes para a agricultura urbana.

“Em 2030, reduzir à metade o desperdício alimentar global *per capita* nos níveis do varejo e do consumo, e reduzir as perdas ao longo das cadeias da produção e abastecimento, inclusive na fase da pós-colheita”. ([SUSTAINABLE DEVELOPMENT](#) ). Em junho de 2016, esse objetivo foi reafirmado pelo Conselho Europeu, quando foi adotada uma lista de ações para reduzir o desperdício e os resíduos alimentares ([Council of the European Union.pdf](#)).

**Material opcional:**

Para maiores informações, por favor leiam [“City Region Food Systems and Food Waste Management \(GIZ, FAO, RUAF, 2016 - também em português”](#)

### Experiências de outras cidades

Nas últimas décadas, os especialistas em políticas públicas começaram a perceber melhor a agricultura urbana. Daí resultaram vários estudos e relatórios focando em como aumentar a sua presença nas cidades. A seguir, iremos examinar dois exemplos recentes.

**Material opcional:**

Para maiores informações, por favor [“Urban food policies and programmes: an overview”](#)

#### **Nova York, EUA**

O projeto Five Borough Farm foi implementado pelo Design Trust for Public Space em várias fases para examinar e mensurar a agricultura urbana dentro e ao redor de Nova York, culminando em oferecer um mapa para o futuro. A primeira publicação, *Five Borough Farm: Seeding the Future of Urban Agriculture in New York City*, trouxe 30 recomendações em cinco amplas áreas:

1. Formalizar o apoio do governo local para a agricultura urbana
2. Integrar a agricultura urbana nos planos e políticas existentes da cidade
3. Identificar oportunidades inovadoras para integrar a agricultura urbana na paisagem urbana
4. Trabalhar as disparidades na comunidade ligada à agricultura urbana na cidade
5. Criar um sistema de financiamento para a agricultura urbana

Estabelecer uma política clara para a agricultura urbana e desenvolver um plano para conduzir seu crescimento futuro é o foco da primeira área. As questões fundiárias aparecem especialmente, com destaques como o mapeamento das iniciativas já em operação e identificando as áreas públicas e privadas que podem ser usadas na agricultura.

Uma recomendação interessante foi criar um “ouvidor” para assuntos ligado à atividade. Muitas cidades ao redor do mundo precisam contar com uma agência que possa ajudar a resolver conflitos que surgem com alguma regularidade envolvendo a agricultura em áreas urbanas.

A necessidade de integrar a agricultura nas políticas e planejamentos urbanos existentes é outro aspecto que precisa ser trabalhado. A conservação do solo e a compostagem são mencionados juntamente com a agricultura no programa de infraestruturas verdes da cidade.

Recomendações sobre identificar oportunidades inovadoras para fortalecer a agricultura urbana na paisagem urbana de Nova York envolvem a promoção dos cultivos nas coberturas prediais e o uso temporário de áreas disponíveis.

Uma recomendação econômica fundamental é fortalecer a infraestrutura da produção e distribuição de alimentos. A política de compras preferenciais de alimentos produzidos localmente pelas agências municipais também é recomendada para estimular o setor.

Abordar e reduzir as disparidades na comunidade ligada à atividade reúne várias recomendações sobre como tornar as informações mais disponíveis e transparentes. Apoiar a capacitação em áreas menos afluentes também é recomendado.

Disponibilizar recursos está sempre presente e estimular o trabalho em rede entre os produtores é outra proposta mencionada.



### **Toronto, Canadá**

Diversas reuniões e consultas com a comunidade local envolvida com a agricultura urbana resultaram num plano de ação publicado em 2012. O plano contém 68 recomendações cobrindo seis áreas:

- Ligue os produtores com a terra e o espaço
- Reforce a educação e o treinamento
- Aumente a visibilidade e a promoção da atividade
- Agregue valor às hortas urbanas
- Cultive os relacionamentos
- Desenvolva políticas de apoio

O primeiro dos quatro objetivos imediatos foi implementado com sucesso em novembro de 2013, quando o Conselho Municipal adotou o Programa Agrícola de Toronto, consistindo de Comitê Diretor Municipal, de uma equipe funcional e de um Plano de Trabalho para 2013-2014 ([TORONTO AGRICULTURAL PROGRAM](#))

A dimensão econômica tem sido negligenciada nas políticas de agricultura urbana, embora agregar valor à produção seja sempre reconhecida como prioridade. Nesse sentido, as recomendações abordam as questões de financiamento bem como a necessidade de infraestruturas. As principais recomendações incluem:

- Desenvolver instalações para o manuseio pós-colheita dos produtos cultivados na cidade.
- Desenvolver uma rede de centros multifuncionais alimentares (combinando a produção com educação alimentar, vendas diretas, aulas de culinária etc.) distribuídos pela cidade.
- Desenvolver uma variedade de oportunidades para o processamento de alimentos, inclusive instalações nos níveis comunitários e comerciais, de pequena e média escala.
- Fortalecer o financiamento para a agricultura urbana.
- Reunir os investidores sociais e fundos iniciais para alavancar as iniciativas.
- Criar incentivos para a agricultura urbana por meio de subvenções municipais.
- Desenvolver novos modelos de financiamento, como concursos ou financiamento coletivo, para viabilizar iniciativas de agricultura urbana.
- Organizar conferências com financiadores para informá-los sobre a agricultura urbana.



#### **Tarefa 4.2.6.**

**Responda às seguintes questões:**

1. Existem, em sua cidade, exemplos de medidas políticas e de ações em curso que tenham se mostrado efetivas para apoiar a agricultura urbana e sistemas alimentares urbano-regionais mais saudáveis?
2. Em sua opinião, quais recomendações de políticas e linhas de ação são mais efetivas e necessárias para promover a agricultura urbana e sistemas alimentares urbano-regionais mais sustentáveis em sua cidade?

## 4.2.7 – Estratégias para influir nas políticas

### Introdução

As políticas de apoio à agricultura urbana não vêm do nada. O que hoje conhecemos como políticas bem-sucedidas frequentemente só foram adotadas como resultado de esforços, demandas, propostas e estratégias de *lobby* conduzidas por grupos de atores direta ou indiretamente interessados.

Neste subcapítulo final, vamos tratar do que é necessário para definir estratégias efetivas para influenciar as políticas públicas. Começaremos diferenciando entre “advogar” e “fazer lobby”. Depois vamos examinar uma estratégia de comunicação em seis estágios que esclarecem como o trabalho de lobby acontece. Por fim, vamos conhecer exemplos vindos de três cidades: Bristol, Reino Unido; Roterdã, Holanda; e Toronto, Canadá.

Quando se tenta vender a agricultura urbana como um conceito ou na forma de programas e projetos oficiais, o governo precisa ser conscientizado sobre a real situação.

Nesse processo, dois termos precisam ser identificados:

1. A “advocacia”, que é o ato de *advogar* por uma mudança. O resultado pretendido pode incluir a mudança de atitude ou comportamento de pessoas ou conseguir que o governo mude suas políticas e leis (FAO, 2011).
2. O “lobby”, que é uma ação mais pessoal e com alvo específico. Ele pode ser definido como “o ato de tentar influenciar líderes nos setores empresarial e do governo a criarem uma legislação ou conduzirem atividades que irão ajudar uma organização ou setor em particular” ([Business dictionary](#)).

As pessoas que fazem lobby pela agricultura urbana são as partes direta ou indiretamente interessadas no setor. Os lobistas podem ser associações de produtores, processadores ou consumidores, as companhias de infraestrutura e equipamentos, as agências de serviço social e promotoras da saúde e as pessoas em geral interessadas em promover a atividade, como os planejadores urbanos e os acadêmicos. Fazer lobby pode servir a vários propósitos, inclusive promover possíveis soluções para um problema, defender os interesses de certos grupos ou pessoas, e chamar atenção para certas questões numa determinada política (FAO, 2011).

Do mesmo modo, organizações internacionais (como a RUAF) desempenham um vigoroso papel advogando pela agricultura urbana nos níveis local e internacional. Elas fornecem aos interessados ferramentas para que possam fazer lobby por mudanças progressivas em prol da agricultura urbana e das estratégias alimentares.

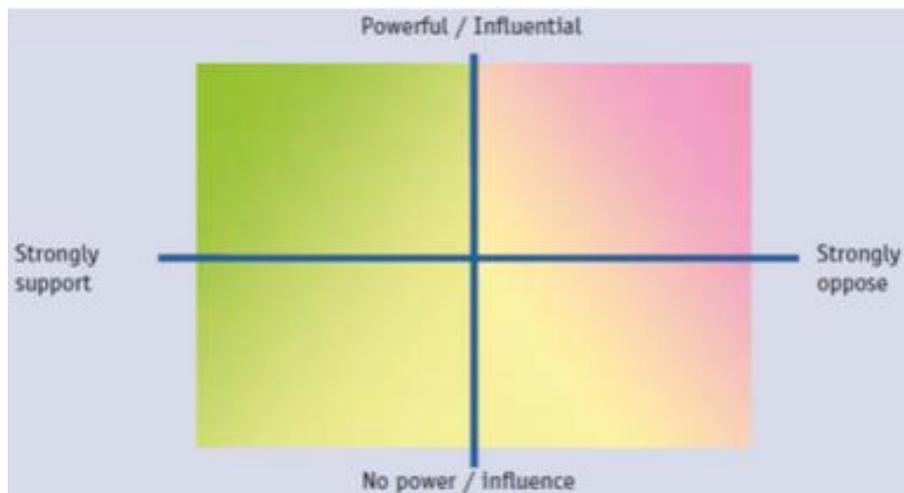
Componente fundamental de qualquer ação de lobby é definir uma estratégia efetiva de comunicação. O conjunto de recomendações da FAO (2011), “Food Security Communications Toolkit”, identifica seis estágios:

1. Identificar e analisar a sua audiência
2. Definir seus objetivos de comunicação
3. Decidir quais mensagens convêm para as suas audiências
4. Escolher os canais a serem usados
5. Criar um plano para as ações de comunicação
6. Avaliar suas atividades de comunicação

### A audiência

A primeira pergunta que precise ser respondida é quem deverá ser influenciado?

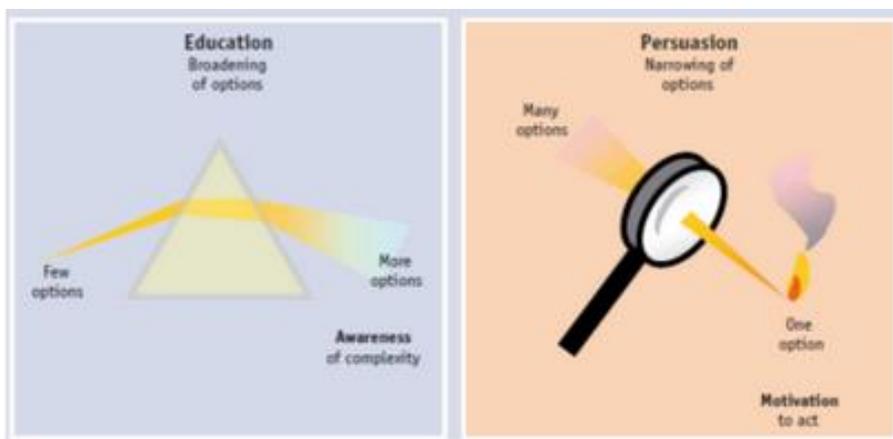
Às vezes isso é óbvio, outras vezes, não. O diagrama a seguir ajuda a classificar quais pessoas e organizações precisam ser convencidas, conforme o seu poder e influência são percebidos por você:



Fonte: FAO (2011)

Nesse diagrama, as pessoas e organizações listadas no quadrante de cima à esquerda são as prioritárias para serem trabalhadas. As listadas em cima à direita também são importantes para o trabalho de lobby, pois é preciso falar com todos, não só com quem concorda com você. Mas é em cima à esquerda que deve estar o seu “campeão”, alguém disposto a advogar vigorosamente para promover um setor, programa ou política.

Ao escolher qual mensagem você quer comunicar, é importante fazer uma distinção entre *educação* e *persuasão*. Educação refere-se a informar uma pessoa ou entidade de um modo geral, por exemplo, sobre os benefícios sociais que a agricultura urbana pode trazer para a cidade. A persuasão é muito mais específica; trata-se de convencer um formulador de política a adotar uma determinada opção específica. Levando o exemplo anterior um passo além, o lobista poderá estar tentando convencer um político a apoiar um programa de financiamento para hortas escolares. Esses dois conceitos estão ilustrados no diagrama abaixo:



Fonte: FAO (2011)

O ponto mais importante a ser enfatizado é a necessidade de estar preparado. Você precisa ter um controle firme sobre o que você está falando e propondo. Se você estiver num encontro face-a-face, você poderá estar falando com alguém bem informado e bastante envolvido com o assunto, que saberá avaliar a pessoa que o procurou e perceber qual o seu conhecimento sobre a matéria.

### Canais a serem usados

Os canais são os meios ou ferramentas disponíveis para levar sua mensagem à audiência-alvo. As estratégias e táticas de lobby empregadas dependem de qual mensagem você está querendo enviar.

As mensagens podem variar desde as que visam elevar a consciência em geral sobre certa questão até o lobby por uma política específica a ser criada ou alterada.

Existem vários meios para se comunicar com os formuladores de políticas ou com as equipes técnicas que podem transmitir recomendações diretamente até os tomadores de decisões.

Entre os métodos mais usados, incluem-se a realização de:

- Seminários, reuniões e palestras para conscientizar os formuladores de políticas sobre as questões discutidas. Isso inclui o desenvolvimento potencial de vários sistemas e tecnologias de agricultura urbana em várias partes da cidade. Essas técnicas também podem ajudar a aumentar a motivação e o compromisso dos participantes em colaborar na formulação de políticas e no planejamento de ações. As conclusões e acordos alcançados durante as discussões podem ser reunidos na forma de uma declaração oficial, uma agenda de trabalho ou um memorando de entendimento. Tais documentos irão fornecer às partes interessadas uma base firme para avançarem e compartilharem os resultados do seminário e das reuniões com outras pessoas.
- Visitas a locais produtivos para compartilhar conhecimento de primeira mão sobre os benefícios da agricultura urbana é um canal muito efetivo para fazer lobby. Essas visitas podem ser um meio efetivo para comunicar as necessidades da atividade e demonstrar seus resultados. Elas dão aos envolvidos a oportunidade para expressarem suas preocupações e necessidades, ao mesmo tempo em que permitem aos tomadores de decisões refletirem sobre o que fazer em resposta.
- Outros métodos que estão sendo empregados incluem publicações, folhetos, vídeos, blogs, excursões de estudos, campanhas nas mídias sociais etc.

Criar uma coalizão reunindo várias organizações com objetivos similares pode amplificar sua voz e aumentar a chance de sucesso da sua tarefa.



## Exemplos

### **Bristol, Reino Unido**

Essa cidade inglesa é bem conhecida por suas políticas e iniciativas alimentares e agrícolas que já datam de algumas décadas, embora foquemos aqui apenas nas mais recentes. A força de Bristol reside no fato de muitas organizações e indivíduos estarem envolvidos em trabalhos ligados aos sistemas alimentares, com a Rede Alimentar de Bristol coordenando a comunicação entre seus 900 membros. Em 2009, eles criaram a 'Estratégia Alimentar Sustentável para Bristol', que tem sido um dos canais usados para manter o diálogo com membros do governo. Outros canais para lobby que empregam incluem conferências, seminários, e um dia para visitar operações agrícolas urbanas juntamente com compradores e preparadores de refeições (Carey, 2013). Essas atividades deram origem ao projeto *Quem alimenta Bristol? Rumo a um Plano Alimentar Resiliente*, em 2011. Os eventos produzem recursos bem usados pelos ativistas para promover inovações no sistema alimentar (Reed e Keech, 2015). Embora alguns avanços tenham sido alcançados, algumas tensões persistem, e ainda atualmente a cidade não conta com uma estratégia alimentar estabelecida.

### **Roterdã, Holanda**

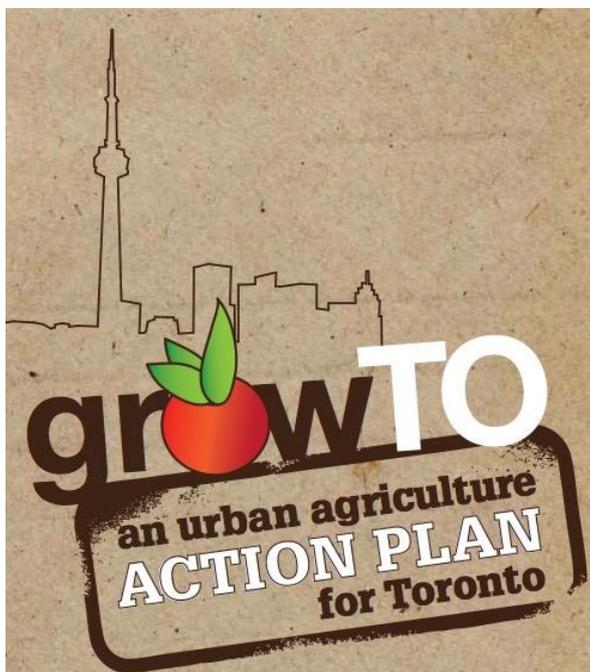
A agricultura urbana é uma atividade popular em Roterdã, com mais de 100 iniciativas atualmente em curso, além de muitas hortas em parcelas. A associação Roterdã Comestível (*Eetbaar Rotterdam*) vem promovendo a agricultura urbana desde 2007, reunindo experiências em várias disciplinas para promover o desenvolvimento agrícola na cidade.

A Eetbaar Rotterdam estimula a agricultura urbana por acreditar nos vários benefícios que a atividade traz para a cidade. Um canal importante para aumentar a visibilidade da agricultura urbana foi o relatório lançado em 2011 – Espaço para a Agricultura Urbana em Roterdã (*Ruimte voor Stadslandbouw in Rotterdam*), que incluiu um mapa das áreas produtivas na cidade. Um conselho alimentar também foi criado em Roterdã, composto por pesquisadores, empresários, produtores, educadores e autoridades municipais, focando principalmente na promoção de cadeias de abastecimento regionais, da saúde, da educação e da economia circular. Sistemáticamente são organizados encontros para promover o trabalho em rede e a troca de ideias, e elaborar recomendações para serem encaminhadas à prefeitura.

### **Toronto, Canadá**

A agricultura urbana é uma atividade importante em Toronto, praticada como lazer ou como – e cada vez mais – uma atividade comercial por muitos moradores da cidade. O lobby para promover a atividade tem sido feito de várias maneiras. O Conselho de Política Alimentar de Toronto foi criado em 1991, oferecendo uma excelente plataforma para seus membros e o público em geral proporem medidas para promover a agricultura urbana. Em 2012, O Conselho apoiou entusiasticamente o projeto “GrowTO Urban Agriculture Action Plan ([URBAN AGRICULTURE ACTION PLAN](#))”, uma iniciativa da sociedade civil para promover a agricultura urbana. Nesse caso, a coalizão que integra o conselho diretor do projeto GrowTO é formada pelas várias partes interessadas, como produtores, acadêmicos, arquitetos, agências ambientais e um autor especializado em políticas alimentares. O relatório incluiu muitas recomendações, algumas das quais já estão em prática. Um passo importante foi a criação do Programa de Agricultura de Toronto, em 2013.

O desafio para a sociedade civil é como fazer lobby para garantir que o entusiasmo dos últimos anos não seja desperdiçado e se perca.



## 4.3 - Redes e negócios - o caso COFAMI

### Introdução

O trabalho em rede e a governança são pilares importantes, verdadeiros “guard-rails” relevantes a serem considerados para o sucesso de negócios ligados à agricultura urbana.

Este capítulo 4.3 aprofunda a questão tratada nos capítulos 4.1 ‘Questões de governança e trabalho em rede’ e 4.2 ‘Questões legais e de políticas públicas’.

Especialmente o aspecto das cadeias de valor agrícolas do setor do agronegócio e a relação entre o estado, o mercado e a sociedade civil, constitui a base deste capítulo.

[Maiores considerações sobre cadeias de valor agrícolas (cadeias longas versus cadeias curtas) serão discutidas nos capítulos do Módulo 5]

### 4.3.1 – Redes e negócios

#### Introdução

Primeiramente, por favor assistam a este vídeo em três partes apresentando uma visão geral sobre as organizações de produtores urbanos.

Ele enfatiza o importante papel das organizações abrangendo os governos locais e nacionais e a sociedade civil para o desenvolvimento de associações fortes de produtores urbanos, com foco em casos estudados em Amsterdã (Holanda), Dacar (Senegal), Hyderabad (Índia), e Rosário (Argentina).



Considerando essas informações sobre a importância das organizações dos produtores urbanos, este subcapítulo foca nas iniciativas comerciais conduzidas por grupos de produtores (COFAMI – *Collective Farmers Marketing Initiatives*).

O projeto de pesquisa ‘COFAMI – Encorajando Iniciativas Comerciais Coletivas de Agricultores’ (*Encouraging Collective Farmers Marketing Initiatives*) foi financiado com recursos da União Europeia (FP6 - 6th EU Research Framework Programme), e permitiu a realização de pesquisas na Holanda, Suíça, França, Alemanha, Áustria, Latvia, Itália, Dinamarca, Hungria e República Tcheca, visando identificar em conjunto os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que limitam e/ou facilitam a formação e o desenvolvimento de iniciativas comerciais coletivas criadas por agricultores urbanos.

#### **Características das COFAMIs na Europa – transcrito do site da COFAMI**

Especialmente na última década, vários novos tipos de iniciativas comerciais coletivas podem ser identificados e compreendidos, ao menos parcialmente, como respostas ativas dos produtores à sua diferenciação no mercado de alimentos, às demandas da sociedade com relação às áreas rurais e à crescente atenção de políticas públicas, que adotam estratégias mais integradas de desenvolvimento rural e regional.

Muitas iniciativas recentes de COFAMIs podem ser entendidas como redes com múltiplos objetivos que combinam a comercialização de produtos com o aprendizado participativo e ações estratégicas coletivas envolvendo outros atores – consumidores, parceiros nas cadeias de valor alimentares, organizações sociais, instituições públicas, serviços de extensão e consultoria agrônômica etc.

As atividades cooperativas surgiram primeiramente em regiões onde a agricultura de pequena escala predomina. O principal objetivo foi melhorar a difícil situação econômica dos produtores.

Enquanto que no sul e no noroeste da Europa, e na região alpina, a evolução das cooperativas caracteriza-se por sua relativa continuidade, o mesmo não aconteceu na Europa central e oriental, onde houve rupturas em seu desenvolvimento, e onde o “trauma da coletivização” atribuiu uma conotação negativa às ações coletivas, que apenas agora começa a ser lentamente superado.

No geral, as trajetórias históricas variam muito devido a diferentes discursos e medidas das políticas públicas, e por causa dos variados contextos.

A importância das cooperativas agrícolas tradicionais é bastante heterogênea quando se comparam as regiões, países e mesmo setores. Porém, as cooperativas tradicionais ainda desempenham um papel relativamente importante nesses países onde sua evolução teve maior continuidade.

Nesse mesmo período, pode-se observar o surgimento de novas e promissoras abordagens para a comercialização coletiva dos produtos agrícolas” (Site do projeto COFAMI; agosto de 2016)

Por favor, leiam:

[“Limiting and Enabling Factors of Collective Farmers’ Marketing Initiatives: Results of a Comparative Analysis of the Situation and Trends in 10 European Countries. Journal of Hunger and Environmental Nutrition.”](#)

e

[“Limiting and Enabling Factors of Collective Farmers' Marketing Initiatives: Results of a Comparative Analysis of the Situation and Trends in 10 European Countries”](#)



#### **Tarefa 4.3.1.**

*Defina COFAMI, cite três tipos comuns de COFAMI e descreva brevemente um tipo de COFAMI de seu interesse.*



#### **Tarefa 4.3.2.**

*Após assistir ao vídeo introdutório, e ler os dois artigos, pense nas vantagens e desvantagens de organizações fortes de produtores e especialmente das COFAMIs, enfatizando a atuação nas regiões urbanizadas.*

*Resuma suas ideias em pontos marcados com bullets, ou em um texto sem ultrapassar uma página.*